

O TCU e os direitos fundamentais dos particulares

Autor(a): Marçal Justen Filho

Publicado em: 28 de junho de 2023

Publicação: jota_import

Link JurisTube:

<https://juristube.com.br/colunistas/marcal-justen-filho/o-tcu-e-os-direitos-fundamentais-dos-particulares>

Fonte original:

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/o-tcu-e-os-direitos-fundamentais-dos-particulares>

Identificador citável:

juristube.com.br/colunistas/marcal-justen-filho/o-tcu-e-os-direitos-fundamentais-dos-particulares#ep-8bddb4a6

Resumo

O TCU tem um encontro marcado com a tutela aos direitos fundamentais

Texto integral

O Tribunal de Contas da União adota entendimento de que não lhe incumbe reprimir práticas administrativas defeituosas que acarretem danos aos particulares. Invoca a natureza objetiva do controle realizado. Segundo o TCU, cabe-lhe verificar a compatibilidade dos atos administrativos com as normas superiores, tomando em vista a preservação do interesse público. Por isso, condutas administrativas lesivas aos direitos e interesses dos particulares devem ser levadas à apreciação do Poder Judiciário e o TCU se omite na reprovação de práticas administrativas antijurídicas, quando a lesão afetar o sujeito privado. Ocorre que a distinção não reflete a disciplina constitucional, que erigiu os direitos fundamentais como fundamento da ordem jurídica e administrativa brasileira. Inexiste cabimento para diferenciar controle de legalidade “a favor” da Administração e “a favor” do particular. Condutas ilegais e abusivas são infringentes da ordem jurídica, independentemente da identidade do sujeito lesado. A reprovação do Direito à ilegalidade não é limitada apenas à proteção da Administração Pública. O entendimento do TCU revela uma abordagem limitada quanto ao conceito de “interesse público”, identificando-o como “interesse do Erário”. Mas o “interesse público” é muito mais amplo do que a conveniência patrimonial do Estado brasileiro. Compreende a realização dos fins últimos da Nação brasileira e não se restringe ao interesse secundário de defesa dos cofres públicos. Desmerecer os direitos fundamentais de um particular infringe o interesse público. Inexiste autorização para a autoridade pública admitir lesão a direito fundamental de um particular, nem mesmo sob o argumento da ausência de prejuízo (direto) ao Erário. Ademais, o enfoque é equivocado porque a conduta administrativa lesiva ao particular é potencialmente danosa aos cofres públicos. O Estado será responsabilizado civilmente pelo Judiciário, o que pode envolver valores vultosos. Ignorar a lesão ao particular e remeter a questão ao Judiciário não significa defender nem mesmo o interesse público secundário. A promoção da economicidade, da eficiência e da eficácia da gestão administrativa exige impedir a prática de condutas que produzirão passivos futuros para o Erário. O TCU entende (de modo perfeito) que a prevenção de práticas danosas é necessária para assegurar a melhor gestão dos recursos públicos. Essa mesma prevenção impõe a determinação das medidas adequadas e necessárias para evitar o surgimento de direito do particular a ser

indenizado por conduta danosa praticada por agente público. O TCU tem um encontro marcado com a tutela aos direitos fundamentais. Embora não exercite atividade jurisdicional, é necessário que a sua atuação observe os direitos fundamentais. Isso compreende proteger o particular contra o arbítrio estatal, mesmo no âmbito do controle objetivo do TCU – que existe não apenas para defender os interesses da Administração.

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

FILHO, Marçal Justen. O TCU e os direitos fundamentais dos particulares. jota_import, 28 jun. 2023. Disponível em:

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/o-tcu-e-os-direitos-fundamentais-dos-particulares>.

Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em:

<https://juristube.com.br/colunistas/marcal-justen-filho/o-tcu-e-os-direitos-fundamentais-dos-particulares>. Acesso em: 28 set. 2026.

APA 7ª edição

Filho, M. J. (2023, June 28). O TCU e os direitos fundamentais dos particulares. *jota_import*.

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/o-tcu-e-os-direitos-fundamentais-dos-particulares>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

FILHO, Marçal Justen. 2023. "O TCU e os direitos fundamentais dos particulares." *jota_import*, June 28.

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/o-tcu-e-os-direitos-fundamentais-dos-particulares>

BibTeX

```
@article{mar-al-justen-filho-o-tcu-e-os-direitos-fundamentais-dos-par-2023,  
author = {Filho, Marçal Justen},  
title = {O TCU e os direitos fundamentais dos particulares},  
journal = {jota_import},  
year = {2023},  
url = {https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/o-tcu-e-os-direitos-fundamentais-dos-particulares},  
urldate = {2023-06-28}  
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/colunistas/marcal-justen-filho/o-tcu-e-os-direitos-fundamentais-dos-particulares>

PDF gerado em 2026-09-28 05:41 UTC